

Entrevista n.º: 116

Entrevistado: *Célio de Oliveira Borja*

Cargo: Advogado e ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal

Data: 07 de março de 2005

Local: Museu da Justiça

Duração: 62 min

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha

Levantamento bibliográfico e roteiro: Jorge Luís Rocha

Sumário: Gilmar de Almeida Sá

Sumário

Dados pessoais: nascimento (15/07/28) e formatura (1951). O interesse juvenil pela História e pelas Ciências Sociais na escolha pelo Direito Público. O envolvimento com seu professor, o ministro Aleomar Baleeiro, e o ingresso na vida política. A candidatura ao mandato de deputado estadual no início dos anos 60, apesar do pouco interesse pela vida pública. Comentário sobre a filiação partidária do desembargador Luis César de Aguiar Bittencourt Silva. A experiência como parlamentar estadual. O período em que foi secretário de governo a convite de Carlos Lacerda (1963 e 1964). A angústia provocada pela decadência da economia da cidade do Rio de Janeiro a partir do ano do final dos anos 50. O início dos debates que resultaram na unificação dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A economia dos dois estados. Comentário sobre o ato adicional de 1834 que transformou a cidade do Rio de Janeiro em município neutro, separando-o da Província do Rio de Janeiro. Os estudos sobre a viabilidade econômica da fusão que foram desenvolvidos. Os importantes setores da economia do antigo estado do Rio de Janeiro. Resistência e preconceito em relação ao antigo estado do Rio de Janeiro e à unificação. A comissão criada após a transferência da capital pelas câmaras dos dois estados para discutir a unificação. As importantes figuras que participaram dos debates. O documento elaborado a pedido do general Ernesto Geisel em favor da fusão. Os encontros com o general Geisel pouco antes de sua posse como presidente. O convite para se tornar líder do Governo na Câmara e para atuar no processo de abertura política. A decisão do presidente pela fusão e o pedido para a elaboração do anteprojeto. A reunião com a alta cúpula militar para discussão do anteprojeto. O comportamento da magistratura na tramitação do projeto. Comentário acerca das ameaças sofridas pelo Supremo Tribunal durante a constituinte de 1988. O avanço da tramitação do projeto apesar da arguição de inconstitucionalidade. As discussões técnicas acerca da constitucionalidade do projeto. A hipótese de se fazer a fusão por intermédio de um Ato Institucional. A composição do projeto. Os nomes aventados para o posto de governador do novo estado. A luta pela aprovação do projeto. O apoio às escuras de diversos políticos da oposição. As razões para o preterimento de seu nome ao cargo de governador. O temor por suas ideias liberais. Comentário sobre os atritos do governador Paulo Egídio, de São Paulo, com o governo militar. O governador Faria Lima e a falta de planejamento para a sucessão. A preocupação com a diminuição do número de vagas para o Senado nas eleições de outubro de 1974. A legislatura em que o novo estado elegeu seis senadores por imposição do general Geisel. As reações contrárias ao projeto e os argumentos em sua defesa. A liberdade de imprensa

nos anos de 1974 e 75. A necessidade da liberdade de imprensa para a governabilidade. O crescimento do MDB e a intensificação dos debates políticos. O temor por parte do Executivo. A eleição para a presidência da Câmara, apesar da oposição dos deputados governistas. Debate sobre seu verdadeiro grau de envolvimento com o Regime Militar. A ruptura entre os militares quando do início do processo de abertura. A pouca influência dos civis e o golpe contra o nome de Olavo Bilac Pinto, aventado para a sucessão de Castelo Branco. A edição do AI-2. A experiência como relator da comissão do Código de Processo Civil. O anteprojeto do então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. As pressões do Executivo para a não aprovação de emendas ao projeto. A aprovação do projeto com poucas alterações. O desentendimento com o general Geisel e o abandono da presidência da Câmara. A recusa do convite para ocupar uma vaga no Supremo naquele momento. A insistência do presidente José Sarney em 1986 e a aceitação do cargo. A enriquecedora experiência no Supremo Tribunal Federal. A percepção do *impeachment* Fernando Collor de Mello, na qualidade de Ministro da Justiça à época, e as consequências desse fato. Agradecimentos.